Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 3

Demonstração do Resultado 4

Demonstração do Resultado Abrangente 5

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026 7

DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025 8

Demonstração de Valor Adicionado 9

Comentário do Desempenho 10

Notas Explicativas 19

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 45

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 46

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2026
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	94.500
Preferenciais	0
Total	94.500
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
1	Ativo Total	866.870	923.868
1.01	Ativo Circulante	195.204	242.681
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	17.539	63.483
1.01.03	Contas a Receber	38.039	38.418
1.01.06	Tributos a Recuperar	10.642	17.360
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	128.984	123.420
1.01.08.03	Outros	128.984	123.420
1.01.08.03.01	Ativo financeiro	108.834	108.915
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	19.959	14.310
1.01.08.03.03	Outros ativos	191	195
1.02	Ativo Não Circulante	671.666	681.187
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	567.151	572.973
1.02.01.07	Tributos Diferidos	73.336	71.272
1.02.01.07.02	Impostos a Recuperar	73.336	71.272
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	115.742	118.395
1.02.01.09.03	Partes Relacionadas	115.742	118.395
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	378.073	383.306
1.02.01.10.03	Ativo Financeiro	378.070	383.303
1.02.01.10.04	Outros Ativos	3	3
1.02.04	Intangível	104.515	108.214
1.02.04.01	Intangíveis	104.515	108.214
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	104.515	108.214

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2026	Exercício Anterior 31/12/2025
2	Passivo Total	866.870	923.868
2.01	Passivo Circulante	98.902	103.139
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.673	2.875
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	3.673	2.875
2.01.02	Fornecedores	19.247	20.659
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	19.247	20.659
2.01.02.01.01	Fornecedores	6.989	8.185
2.01.02.01.02	Operações Confirming	12.258	12.474
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.946	6.342
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	5.946	6.342
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	4.670	4.795
2.01.03.01.02	Impostos e Contribuições a Recolher	1.276	1.547
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	50.220	53.447
2.01.04.02	Debêntures	50.220	53.447
2.01.04.02.01	Debêntures	50.220	53.447
2.01.05	Outras Obrigações	19.816	19.816
2.01.05.02	Outros	19.816	19.816
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	19.816	19.816
2.02	Passivo Não Circulante	477.824	488.994
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	341.886	351.051
2.02.01.02	Debêntures	341.886	351.051
2.02.01.02.01	Debêntures	341.886	351.051
2.02.02	Outras Obrigações	178	246
2.02.02.02	Outros	178	246
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições a recolher	178	246
2.02.03	Tributos Diferidos	135.655	137.627
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.655	137.627
2.02.03.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	135.655	137.627
2.02.04	Provisões	105	70
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105	70
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	105	70
2.03	Patrimônio Líquido	290.144	331.735
2.03.01	Capital Social Realizado	235.908	235.908
2.03.01.01	Capital Social	235.908	235.908
2.03.04	Reservas de Lucros	54.236	95.827
2.03.04.01	Reserva Legal	36.379	36.379
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	17.857	59.448

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	54.788	53.372
3.01.01	Receita líquida dos serviços prestados	54.788	53.372
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-15.687	-15.459
3.02.01	Custo dos serviços prestados	-15.687	-15.459
3.03	Resultado Bruto	39.101	37.913
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-11.684	-11.311
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-11.655	-11.190
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-29	-121
3.04.04.01	Outras receitas (despesas) operacionais	-29	-121
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	27.417	26.602
3.06	Resultado Financeiro	-9.449	-9.180
3.06.01	Receitas Financeiras	8.092	7.064
3.06.02	Despesas Financeiras	-17.541	-16.244
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	17.968	17.422
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-6.059	-5.712
3.08.01	Corrente	-8.031	-5.561
3.08.02	Diferido	1.972	-151
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.909	11.710
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.909	11.710
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,13	0,12
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,13	0,12

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
4.01	Lucro Líquido do Período	11.909	11.710
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.909	11.710

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	22.303	26.072
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	14.735	13.649
6.01.01.01	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	17.968	17.422
6.01.01.02	Remuneração de ativo financeiro de concessão	-19.642	-19.058
6.01.01.03	Amortização de ativo intangível	3.699	3.699
6.01.01.04	Juros financiamentos, debêntures e arrendamentos	17.399	15.949
6.01.01.05	Juros sobre empréstimos entre partes relacionadas a receber	-5.879	-4.483
6.01.01.06	Ajuste a valor presente	0	120
6.01.01.07	Provisão e reversão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	35	0
6.01.01.08	Partes relacionadas	2.883	0
6.01.01.09	Reconhecimento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS e atualização monetária	-1.728	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	24.759	29.458
6.01.02.01	Contas a receber	379	10.181
6.01.02.02	Impostos a recuperar	6.382	-3.451
6.01.02.03	Ativo financeiro	26.887	24.439
6.01.02.04	Outros ativos e passivos	4	175
6.01.02.05	Fornecedores e prestadores de serviços	-1.196	1.349
6.01.02.07	Obrigações trabalhistas	798	762
6.01.02.08	Impostos a recolher	-8.495	-3.997
6.01.03	Outros	-17.191	-17.035
6.01.03.01	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	0	-1.175
6.01.03.02	Pagamento de juros sobre financiamento	-17.191	-15.860
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.931	-1.586
6.02.01	Aquisições - ativo financeiro (custo de obra)	-1.931	-2.425
6.02.02	Aplicações financeiras	0	839
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.316	-22.950
6.03.01	Operação de Confirming	-216	-1.621
6.03.02	Dividendos pagos	-53.500	-21.000
6.03.04	Amortização principal de empréstimos	-12.600	0
6.03.05	Custo de emissão de Debênture	0	-329
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-45.944	1.536
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	63.483	13.274
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	17.539	14.810

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2026 à 31/03/2026

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	235.908	36.379	59.448	0	0	331.735
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	235.908	36.379	59.448	0	0	331.735
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-53.500	0	0	-53.500
5.04.06	Dividendos	0	0	-53.500	0	0	-53.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.909	0	11.909
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.909	0	11.909
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	235.908	36.379	5.948	11.909	0	290.144

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/03/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	235.908	0	93.948	0	0	329.856
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	235.908	0	93.948	0	0	329.856
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-21.000	0	0	-21.000
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.000	0	0	-21.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.710	0	11.710
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.710	0	11.710
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	235.908	0	72.948	11.710	0	320.566

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2026 à 31/03/2026	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2025 à 31/03/2025
7.01	Receitas	57.921	56.228
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	57.922	56.283
7.01.02	Outras Receitas	-1	-55
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.136	-16.682
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-12.163	-12.299
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-4.973	-4.383
7.03	Valor Adicionado Bruto	40.785	39.546
7.04	Retenções	-3.699	-3.699
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.699	-3.699
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	37.086	35.847
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.092	7.064
7.06.03	Outros	8.092	7.064
7.06.03.01	Outras Transferências Recebidas	8.092	7.064
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.178	42.911
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.178	42.911
7.08.01	Pessoal	4.614	4.133
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.673	3.220
7.08.01.02	Benefícios	574	615
7.08.01.03	F.G.T.S.	367	298
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	10.718	10.232
7.08.02.01	Federais	7.556	7.260
7.08.02.03	Municipais	3.162	2.972
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	17.937	16.836
7.08.03.01	Juros	17.399	16.791
7.08.03.02	Aluguéis	17	41
7.08.03.03	Outras	521	4
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.909	11.710
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.909	11.710

Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

1º TRIMESTRE 2026

OZN HEALTH

OPY health

Comentário do Desempenho

Manaus, 08 de maio de 2026 - A OZN Health SPE S.A. (“Companhia” ou "OZN”), concessionária responsável pela construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais no Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz (“Hospital Delphina Aziz” ou “Hospital”), localizado em Manaus (AM), apresenta o Relatório da Administração e as informações financeiras intermediárias referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2026.

As informações financeiras intermediárias foram elaboradas de acordo com a legislação societária brasileira e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, alinhadas às normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e encontram-se acompanhadas do relatório dos auditores independentes.

Destaques 1T26

Desempenho operacional consistente em 1T26, com crescimento de 6,7% de receita, margem EBITDA de 63,7% e importantes marcos institucionais para 1T26

- **Receita Líquida de R$ 60,1 milhões**, crescimento de 6,7% em relação ao 1T25 sustentado pela manutenção da contraprestação máxima contratualmente prevista, assegurada pelo elevado cumprimento dos indicadores operacionais e de qualidade.
- **EBITDA Ajustado de R$ 38,3 milhões e margem de 63,7%**, aumento de 7,4% (0,4 p.p.) na comparação anual, reflexo da consistência na eficiência operacional e disciplina na gestão de custos.
- **Lucro líquido de R$ 11,9 milhões**, mantendo-se alinhado ao perfil recorrente de geração de resultados da Companhia.
- **Dívida líquida ajustada de R$ 375 milhões**.
- **Taxa média de ocupação de 83,6%** e realização de **6,5 mil cirurgias no período**, crescimento de 10,2% sobre o ano anterior, reflexo do Programa Opera+, aumentando a quantidade de procedimentos cirúrgicos eletivos realizados ao longo do 1T26.
- **Índice de Qualidade (IQ) médio de 98,4%**, em linha com os patamares máximos contratuais.
- implantado o **serviço de medicina hiperbárica** no Hospital Delphina Aziz, tornando a unidade a primeira da rede pública estadual a oferecer esse tipo de tratamento, com a realização de **817 sessões no trimestre**.

	31/03/2026	31/03/2025	Δ
Indicadores Operacionais			
Taxa de ocupação	**83,6%**	**84,7%**	**-1,1 p.p.**
Fator de desempenho (IQ)	**98,4%**	**98,2%**	**0,2 p.p.**
# Cirurgias (milhares)	**6,5**	**5,9**	**10,2%**
# Atendimentos ambulatoriais (milhares)	**34,4**	**34,1**	**0,9%**
# Refeições servidas (milhares)	**381,8**	**376,0**	**1,5%**

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Indicadores Financeiros

Comentário do Desempenho

Receita Líquida ajustada	**60.102**	**56.328**	**6,7%**
EBITDA Cash ajustado	**38.268**	**35.644**	**7,4%**
Margem EBITDA ajustada	**63,7%**	**63,3%**	**0,4 p.p.**
Dívida Líquida	**374.567**	**341.015**	**9,8%**
Dívida Líquida/EBITDA ajustado[1]	**2,3x**	**2,8x**	**-0,5x**

Mensagem da Administração

O primeiro trimestre de 2026 reafirma a **estabilidade operacional e financeira da OZN Health S.A.**, com manutenção da contraprestação máxima prevista contratualmente e resultados consistentes, sustentados por elevados níveis de eficiência e qualidade operacional.

No período, a Companhia manteve **margens robustas, geração recorrente de caixa e disciplina na gestão de custos**, refletindo a maturidade do ativo e a previsibilidade do modelo de Parceria Público-Privada (PPP).

Durante o trimestre, a OZN seguiu apoiando iniciativas voltadas à **evolução da infraestrutura hospitalar e à ampliação da capacidade de serviços**, em linha com as diretrizes contratuais e com as demandas identificadas pelo Poder Concedente, contribuindo para a melhoria contínua da operação da unidade.

A Administração avalia que os resultados do 1T26 reafirmam a **previsibilidade e a resiliência do modelo de negócios da OZN**, sustentado por contrato de longo prazo, estrutura de custos controlada e perfil de endividamento compatível com a geração de caixa operacional. A Companhia permanece focada na execução eficiente do contrato de concessão, no fortalecimento das práticas de governança corporativa e na geração de valor sustentável ao longo do tempo.

Perfil da Companhia

A OZN Health S.A. é a concessionária responsável pela construção, fornecimento de equipamentos, manutenção predial e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz, localizado em Manaus (AM), nos termos do contrato de concessão administrativa firmado com o Governo do Estado do Amazonas.

Criada em 30 de abril de 2013 e adquirida em 2020 pela Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (“Opy Health”), a Companhia integra o portfólio do Grupo Opy, plataforma especializada na gestão de ativos de infraestrutura hospitalar e serviços não assistenciais, com atuação nos segmentos público e privado por meio de contratos de longo prazo.

O Grupo Opy possui experiência consolidada na estruturação, implantação e operação de projetos hospitalares sob o modelo de Parceria Público-Privada (PPP), sendo atualmente responsável pela operação de unidades hospitalares em diferentes estados do país. O grupo também mantém projetos em fase de implantação, voltados à expansão de sua atuação no segmento de infraestrutura social, conforme previamente divulgado em seus relatórios periódicos.

O Hospital Delphina Aziz é o maior da Região Norte e uma das principais referências da rede pública de saúde do Amazonas, com atuação destacada em atendimentos de alta complexidade e relevante contribuição para o Sistema Único de Saúde (SUS). A gestão exercida pela OZN

[1] Considera a última mensuração realizada, de 31/12/2025, em comparação à de 31/12/2024.

Comentário do Desempenho

combina eficiência operacional, previsibilidade financeira e foco contínuo na qualidade dos serviços prestados.

Informações adicionais sobre o Grupo Opy e seus projetos estratégicos encontram-se detalhadas no Relatório da Administração anual de 2025.

O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz

O Hospital Delphina Rinaldi Abdel Aziz desempenha papel essencial na rede pública de saúde do Estado do Amazonas, atuando como referência no atendimento aos pacientes do SUS — muitos dos quais em situação de vulnerabilidade social e com acesso limitado a serviços de alta complexidade.

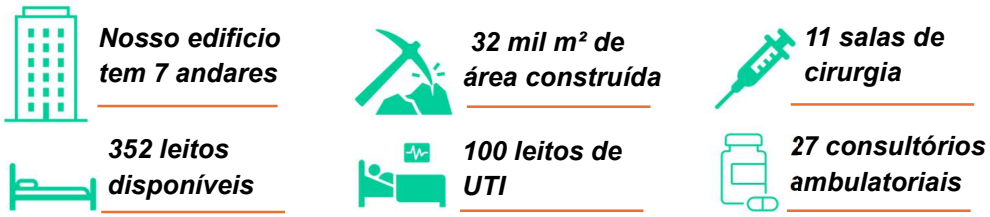
Nesse contexto, a atuação da Opy na gestão da infraestrutura e dos serviços não assistenciais tem contribuído para ampliar a eficiência operacional da unidade e apoiar a expansão da capacidade assistencial do hospital, refletida no aumento do volume de consultas, exames, cirurgias e demais procedimentos realizados.

Esse modelo de gestão também contribui para elevar o padrão dos serviços oferecidos, refletindo-se, entre outros indicadores, nos elevados níveis de satisfação registrados pelos usuários do Hospital.

Com 352 leitos – sendo 100 de UTI – 11 salas de cirurgia e 27 consultórios ambulatoriais, o Hospital Delphina Aziz possui aproximadamente 32 mil m² de área construída distribuídos em sete pavimentos.

Destaca-se ainda que, em novembro de 2025, o hospital passou a realizar transplantes de fígado, marco relevante na evolução da complexidade assistencial da unidade e na ampliação da oferta de serviços de alta especialização à população do Amazonas.

Neste primeiro trimestre de 2026, foram realizadas 3,1 mil internações, 6,5 mil cirurgias, incluindo 33 transplantes (renal e hepático), 58 mil exames de imagem, 455 mil exames laboratoriais, 34 mil consultas ambulatoriais e 382 mil de refeições servidas, com uma taxa de ocupação média de 83,6%.



Os resultados evidenciam a relevância de uma gestão não assistencial eficiente, apta a prover o suporte necessário às equipes assistenciais e a contribuir diretamente para a melhoria da experiência de pacientes e acompanhantes.

Excelência na satisfação dos usuários

A eficiência dos serviços prestados pela OZN é monitorada continuamente por organização verificadora independente, com base em 298 indicadores operacionais que compõem **o Índice de Qualidade (IQ).**

Comentário do Desempenho

No 1T26, **o IQ médio foi de 98,4%,** mantendo os patamares observados nos trimestres anteriores. **Os indicadores NPS e CSAT também permaneceram em níveis elevados**, reforçando a percepção positiva dos usuários em relação aos serviços prestados.

Desempenho operacional e financeiro

A **Receita Líquida totalizou R$ 54,8 milhões**, crescimento de **2,7%** em relação ao 1T25, refletindo a manutenção da contraprestação máxima, sustentada pelo elevado desempenho operacional e pelo reajuste da cesta de índices contratuais.

O **Lucro Bruto alcançou R$ 39,1 milhões** e margem bruta de **71,4%**, crescimento de **3,1%** (**0,3 p.p.**), evidenciando controle dos custos e eficiência na execução das atividades contratadas.

O **resultado líquido do período somou R$ 11,9 milhões**, mantendo trajetória estável e alinhada à geração operacional recorrente.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

	31/03/2026	31/03/2025	Δ
Receita Bruta	**57.950**	**56.345**	**2,8%**
Receita de operação	36.349	34.800	4,5%
Receita de remuneração do ativo de concessão	19.642	19.058	3,1%
Receita de construção	1.931	2.425	-20,4%
Outras Receitas	28	62	-54,8%
Impostos e deduções	(3.162)	(2.973)	6,4%
Receita líquida	**54.788**	**53.372**	**2,7%**
Custos operacionais	(15.687)	(15.459)	1,5%
Lucro Bruto	**39.101**	**37.913**	**3,1%**
Margem bruta	*71,4%*	*71,0%*	*0,3 p.p.*
Despesas gerais e administrativas	(11.655)	(11.190)	4,2%
Outras despesas (receitas) operacionais	(29)	(121)	-76,0%
Resultado financeiro	(9.449)	(9.180)	2,9%
Imposto de renda e contribuição social	(6.059)	(5.712)	6,1%
Resultado líquido	**11.909**	**11.710**	**1,7%**
EBITDA	31.116	30.301	2,7%
EBITDA Ajustado	**38.268**	**35.644**	**7,4%**
Margem EBITDA Ajustada	***63,7%***	***63,3%***	***0,4 p.p.***

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA Ajustado** atingiu **R$ 38,3 milhões no 1T26**, crescimento de **7,4%**, impulsionado principalmente pelo aumento da receita operacional, em função da manutenção dos indicadores de desempenho em níveis máximos.

A **Margem EBITDA Ajustada** foi de **63,7%** sobre a Receita Líquida Ajustada, evolução de **0,4 p.p.** na comparação anual. Este desempenho confirma a solidez da operação e a disciplina na gestão de custos e despesas.

Comentário do Desempenho

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

EBITDA	31/03/2026	31/03/2025	Δ
Resultado antes dos impostos	17.968	17.422	3,1%
(+) Resultado financeiro, líquido	9.449	9.180	2,9%
(+) Depreciação e amortização	3.699	3.699	0,0%
EBITDA [2]	**31.116**	**30.301**	**2,7%**
Itens de ajuste do EBITDA			
(-) Receita de construção	(1.931)	(2.425)	-20,4%
(+) Baixa ativo financeiro pela concessão	26.887	24.439	10,0%
(-) Receita de remuneração do ativo financeiro	(19.642)	(19.058)	3,1%
(+) Custo de construção	1.838	2.387	-23,0%
EBITDA Ajustado [3]	**38.268**	**35.644**	**7,4%**
Receita Líquida Ajustada	60.102	56.328	6,7%
Margem EBITDA Ajustada	***63,7%***	***63,3%***	***0,4 p.p.***

Receita

A Companhia considera como Receita Bruta Ajustada a contraprestação pública faturada ao Poder Concedente, revertendo os efeitos contábeis ao ativo financeiro da concessão.

Com base nesse critério, a Receita Líquida Ajustada atingiu **R$ 60,1 milhões**, crescimento de **6,7%** em relação ao 1T25, decorrente da manutenção dos elevados níveis de cumprimento dos indicadores operacionais e da previsibilidade do modelo contratual.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Receita Líquida Ajustada[1]	31/03/2026	31/03/2025	Δ
Receita Bruta	**57.950**	**56.345**	**2,8%**
(-) Receita de remuneração do ativo da concessão	(19.642)	(19.058)	3,1%
(-) Receita de construção	(1.931)	(2.425)	-20,4%
(+) Baixas do ativo financeiro pela concessão	26.887	24.439	10,0%
(-) Impostos sobre a receita	(3.162)	(2.973)	6,4%
Receita Líquida Ajustada	**60.102**	**56.328**	**6,7%**

Custos e Despesas

Os **custos com serviços prestados** totalizaram **R$ 15,7 milhões**, um aumento de **1,5%** em relação ao 1T25, principalmente em função da atualização contratual de serviços de terceiros e ajustes salariais operacionais.

---

[2] O EBITDA (earnings before interest, tax, depreciation and amortization), sigla em inglês para denominar o "LAJIDA" (lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização), é uma medição não contábil divulgada pela Companhia em consonância com a Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") n° 156, de 23 de junho de 2022 ("Resolução CVM 156"), conciliada com suas demonstrações financeiras.

[3] O EBITDA Ajustado significa, em relação ao período de 12 (doze) meses anterior à respectiva data de apuração, o somatório: do lucro/prejuízo antes de: (a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias, (b) despesas de depreciação e amortização, (c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras. Devem ser excluídos deste cálculo: (1) as receitas de remuneração de ativo financeiro, (2) as receitas de construção, baixas do ativo financeiro pela concessão ou pela remuneração, impostos sobre o ativo financeiro, e (3) custo de construção. Trata-se de uma métrica financeira que reflete a lucratividade operacional da Companhia, excluindo itens não recorrentes e/ou que não tem impacto de caixa, deste modo, representando o resultado sem o efeito que pode ser afetado por esses ganhos e perdas

Comentário do Desempenho

As **despesas gerais e administrativas** totalizaram **R$ 11,7 milhões**, crescimento de **4,2%**, refletindo despesas com contingências trabalhistas, ações institucionais, comunicação e gestão estratégica, mantendo-se sob controle e compatíveis com o porte da operação.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Custos e despesas por natureza	31/03/2026	31/03/2025	Δ
Gasto com pessoal	(5.682)	(4.502)	26,2%
Serviços de terceiros	(11.618)	(11.300)	2,8%
Manutenção e Limpeza hospitalar	(3.516)	(3.387)	3,8%
Depreciação e amortização	(3.699)	(3.699)	0,0%
Consumíveis e outros	(296)	(451)	-34,4%
Ajuste a valor presente (a)	(29)	(121)	-76,0%
Outras despesas (receitas) operacionais	(693)	(923)	-24,9%
Materiais e serviços de obra	(1.838)	(2.387)	-23,0%
Total	**(27.371)**	**(26.770)**	**2,2%**
Custo de serviço prestado	(15.687)	(15.459)	1,5%
Despesas gerais e administrativas	(11.655)	(11.190)	4,2%
Outras receitas (despesas) operacionais	(29)	(121)	-76,0%

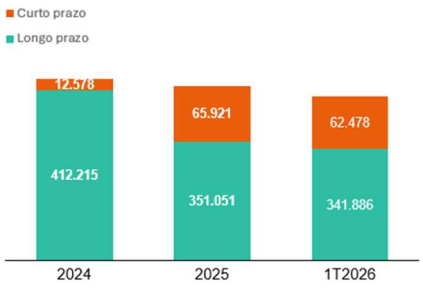
Resultado Financeiro e Endividamento

O resultado financeiro líquido apresentou despesa **R$ 9,4 milhões**, ligeiramente superior ao registrado no 1T25, refletindo majoritariamente os encargos financeiros das debêntures emitidas em 2024.

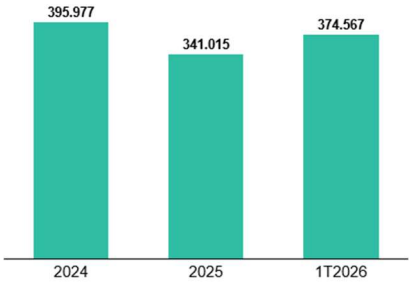
A **Dívida Líquida Ajustada encerrou o trimestre em R$ 374,6 milhões**, composta integralmente por debêntures de longo prazo, com perfil confortável e adequada compatibilidade com a geração de caixa operacional da Companhia.

(Em milhares de reais, exceto quando especificado de outra forma.)

Dívida Bruta[4]



Dívida Líquida Ajustada[5]



A Dívida Líquida Ajustada é composta da seguinte forma:

Dívida Líquida ajustada	31/12/2025	31/03/2026
Debêntures	404.498	392.106
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(63.483)	(17.539)
Total	**341.015**	**374.567**

[4] A Dívida Bruta refere-se à soma de empréstimos e financiamentos (circulante e não circulante), debêntures (circulante e não circulante) e operação de confirming.

[5] A Dívida Líquida Ajustada refere-se ao saldo da dívida bruta menos o saldo de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (circulante e não circulante) e operações de confirming.

Comentário do Desempenho

Covenants

O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida[6] ("ICSD") e na razão Dívida Líquida/EBITDA Ajustado[3].

Os covenants financeiros permanecem plenamente atendidos, conforme última mensuração realizada em 31 de dezembro de 2025.

Índice	Limite	31/12/2025
ICSD	≥ 1,2	1,9
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado[3]	≤ 2,9	2,3

Transações com partes relacionadas

Em dezembro de 2024, a Companhia realizou operação de mútuo, no valor de R$ 200 milhões com a Opy Health, sua Controladora, remunerado a CDI + 2% a.a., com vencimento em abril de 2033. A amortização está prevista para ocorrer conforme quadro abaixo, sem prejuízo de antecipações parciais de liquidações por parte da controladora:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

O montante será utilizado na execução dos projetos de crescimento inorgânico do Grupo Opy, com a incorporação de novos ativos ao portfólio de contratos com agentes dos segmentos público e privado.

Em agosto de 2025, o contrato de mútuo foi repactuado entre as partes, estabelecendo nova remuneração em CDI + 4% a.a., mantendo-se as demais condições originais.

[6] O ICSD deverá ser calculado como a razão entre:

(A) Geração Operacional de Caixa, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e

(B) Serviço da Dívida, corresponde à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período.

sendo ICSD = A / B.

Comentário do Desempenho

Em 31 de outubro de 2025, ocorreu a liquidação parcial do saldo de mútuo pela Controladora (Opy Health) no valor total de **R$ 87 milhões**, mediante a compensação com dividendos intermediários.

Informações adicionais

Governança corporativa

Com o compromisso de atuar em observância aos princípios de prestação de contas e responsabilidade corporativa, a Companhia adota as melhores práticas de governança corporativa, preservando o relacionamento com seus *stakeholders e* valorizando a ética e o aprimoramento contínuo. A Companhia adota as principais práticas recomendadas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa.

Nosso modelo de governança corporativa é inspirado, também, pela visão de que a agenda ESG é fundamental ao alcance de um desempenho superior e à criação de valor de longo prazo aos nossos *stakeholders*. A partir dessa perspectiva, somos incentivados a cumprir requisitos de sustentabilidade, como a integração aos negócios de uma sólida estratégia ESG, que acaba influenciando os propósitos e os processos decisórios, a partir da execução de metas nos temas que refletem impactos econômicos, ambientais e sociais significativos em todo o Grupo Opy.

Assim como acontece com outros níveis hierárquicos, nossas lideranças estratégicas têm sua performance avaliada constantemente, em particular, na temática ESG, a partir de metas cujo alcance impacta a remuneração variável desses dirigentes.

A Companhia estrutura seus mecanismos de governança a partir de três pilares fundamentais: ética e integridade, gerenciamento de riscos e gestão integrada. A Companhia também garante os recursos necessários para uma atuação independente e transparente de seus órgãos de gestão, fiscalização, controle e compliance. Com isso, assegura que suas atividades e relações se mantenham em conformidade com os compromissos e propósitos que assume, especialmente no que se refere aos aspectos ESG.

A governança orienta-se ainda por uma série de políticas e códigos do Grupo Opy, amplamente compartilhados com os públicos de interesse e que estabelecem valores e diretrizes a serem observados por todos que agem em nome da Companhia. Aliada a isso, há uma busca permanente pelo aperfeiçoamento da governança, de modo a internalizar as melhores práticas do mercado.

Agradecimentos

A Administração registra seu agradecimento aos colaboradores, parceiros, fornecedores, usuários, investidores, ao Poder Concedente e a todos aqueles que contribuíram para mais um trimestre de resultados consistentes e entregas relevantes pela Companhia.

Manaus, 08 de maio de 2026.

A Administração.

Notas Explicativas

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as Informações financeiras intermediárias. **1**

Balanços patrimoniais **5**

Demonstrações do resultado **6**

Demonstrações do resultado abrangente **7**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **8**

Demonstrações dos fluxos de caixa pelo método indireto **9**

Demonstrações do valor adicionado **10**

Notas explicativas às Informações financeiras intermediárias. **11**

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO DE TRÊS MESES FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2026
(Valores expressos em milhares de Reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A OZN Health SPE S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de propósito específico, com sede em Manaus (AM), constituída em 30 de abril de 2013 e detém a parceria público-privada com o Governo do Estado do Amazonas que consiste na concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

A Companhia é controlada integralmente pela OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A. ("Controladora"), a qual, por sua vez, tem como controlador final o fundo IG4 BTG Pactual Infra Social Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia IE.

Em 2 de setembro de 2025, a Companhia obteve o registro Categoria B junto à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia não realizou, para os períodos findos em 31 de março de 2026 e 2025, atividades não vinculadas ao objeto de sua concessão.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Declaração de conformidade

As informações financeiras intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR foram preparadas e estão sendo apresentadas para o período de três meses findo em 31 de março de 2026, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e de acordo com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitido pelo "Internacional Accounting Standards Board - IASB", de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis a elaboração do Formulário de Informações Trimestrais - ITR.

Estas informações financeiras intermediárias contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, foram preparadas para atualizar os usuários sobre as informações relevantes do período. Os princípios, as estimativas, as práticas contábeis, métodos de mensuração e normas adotadas são consistentes com as apresentadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025, exceto quando divulgado diferente. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

2.2 Base de elaboração

As informações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis divulgadas na nota explicativa 2.6 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços, quando tais transações são originadas.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.3 Continuidade operacional

A Administração tem, na data de aprovação das informações financeiras intermediarias, expectativa razoável de que a Companhia possui recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, aplicou-se a base contábil de continuidade operacional na elaboração das informações financeiras intermediárias.

2.4 Moeda funcional e de apresentação

As informações financeiras intermediárias são apresentadas em Milhares de Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas informações financeiras intermediárias foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma (os saldos em dólares e em outras moedas, quando aplicáveis, também são apresentados em milhares).

2.5 Consistência das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas informações intermediárias são aquelas divulgadas em nota explicativa das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025. No contexto dessas políticas não houve alteração relevante aplicável à Companhia no período de três meses findo em 31 de março de 2026, permanecendo inalteradas a relação de normas novas, emitidas e ainda não aplicáveis ao negócio.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

A composição do saldo apresentado como caixa e equivalentes de caixa é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
Bancos	7	66
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	17.532	63.417
	17.539	63.483

(a) As aplicações financeiras referem-se a investimentos em Certificado de Depósito Bancário (CDB) remunerados a uma taxa média de aproximadamente 101,50% do CDI em 31 de março de 2026 (105,79% do CDI em 31 de dezembro de 2025).

Estas aplicações são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e possuem liquidez diária, não estando sujeitas a risco significativo de mudança de valor e possuem vencimentos inferiores a três meses da data de contratação, logo, são classificadas como caixa e equivalentes de caixa, conforme CPC 03 (R2).

4 CONTAS A RECEBER

Referem-se aos saldos a receber junto à Secretaria de Estado da Saúde do Amazonas – SES-AM decorrentes da contraprestação mensal de serviços de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais referentes à primeira fase do complexo hospitalar Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013.

	31/03/2026	31/12/2025
Contraprestação pública	38.026	38.405
Receitas acessórias	13	13
	38.039	38.418

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. A Companhia entende que suas contas a receber representam direitos a receber adquiridos em contrapartida à conclusão ou atendimento de suas obrigações e direitos contratuais e, portanto, não reconhece nenhum impacto de perda sobre estes saldos.

O saldo a receber, classificado pelos prazos de vencimento em 31 de março de 2026 e de 31 de dezembro de 2025, está distribuído conforme demonstrado a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
Valores a Vencer	38.026	38.027
Vencidos		
De 1 a 30 dias	-	13
Acima de 90 dias	13	-
Acima de 360 dias	-	378
	38.039	**38.418**

A Administração entende que não é necessário o reconhecimento de provisão para perdas de créditos esperadas, devido ao Fundo de Parcerias Público-Privadas do Estado do Amazonas ser garantidor do recebimento de até três contraprestações mensais nos termos do Contrato de Concessão. Dado que as notas fiscais foram emitidas e atestadas pelo poder concedente, o direito do recebimento é incontestável. A companhia pode acionar a qualquer momento o Fundo de Parcerias Público-Privadas para o recebimento total das contraprestações vencidas.

5 IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos de impostos a recuperar podem ser assim demonstrados:

	31/03/2026	31/12/2025
PIS/COFINS (a)	79.705	84.359
IRPJ/CSLL(b)	3.192	3.192
Outros	1.081	1.081
	83.978	**88.632**
Circulante	10.642	17.360
Não Circulante	73.336	71.272

(a) O montante refere-se substancialmente aos créditos de PIS e COFINS reconhecidos ao longo de 2024 pela Companhia. Em maio de 2020, a Companhia ingressou com ação judicial visando à suspensão da incidência de PIS e COFINS sobre a prestação de serviços, com fundamento na tese de que suas atividades estariam abrangidas pelos benefícios fiscais aplicáveis à Zona Franca de Manaus.

Em novembro de 2024, foi proferida decisão favorável à Companhia, em trânsito em julgado. Em decorrência disso, os valores de PIS e COFINS recolhidos no período de 2017 a 2022 foram reconhecidos como crédito tributário, passível de compensação com outros tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, nos termos da legislação aplicável.

(b) O montante corresponde aos impostos retidos na fonte pelo poder concedente referente as notas de serviços prestados.

6 ATIVO FINANCEIRO

Saldo em 1 de janeiro de 2025	**476.491**
Recebimentos	(24.439)
Atualização monetária do ativo financeiro	19.058
Adições	2.425
Saldo em 31 de março de 2025	**473.535**
Circulante	79.721
Não Circulante	393.814
Saldo em 1 de janeiro de 2026	**492.218**
Recebimentos	(26.887)
Atualização monetária do ativo financeiro	19.642
Adições	1.931
Saldo em 31 de março de 2026	**486.904**
Circulante	108.834
Não Circulante	378.070

A Companhia apresentou um ativo financeiro no montante de R$486.904 em 31 de março de 2026 (R$473.535 em 31 de março de 2025) representando o valor atual dos pagamentos mínimos anuais que remuneram a concessão. Os juros e as atualizações monetárias incorridos no período findo em 31 de março de 2026 foram de R$19.642 (R$19.058 em 31 de março de 2025), registrados como receita de remuneração do ativo financeiro.

A Companhia reconhece mensalmente a remuneração sobre o saldo do ativo financeiro apurado no mês anterior. Esse saldo é atualizado pela taxa de 11,50% ao ano, em conformidade com as disposições do Contrato de Concessão.

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir na concessão, tendo sido apurada por meio da metodologia do Capital Asset Pricing Model - CAPM, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Adicionalmente o saldo do ativo financeiro é atualizado anualmente através da cesta de índices de reajustes sobre o contrato de concessão que apresentou na totalidade 6,39% em 2025 e para o ano de 2026 a atualização está prevista para ocorrer a partir do mês de abril.

Para o período de três meses findo em 31 de março de 2026 a Companhia avaliou e concluiu que não há nenhum indicativo de impairment no ativo financeiro.

7 OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia realizou operação de Mútuo, no valor de R$200.000 na data de 26 de dezembro de 2024 à Mutuária **(OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A)**, corrigido a 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., calculados a partir de janeiro de 2025, com vencimento em abril de 2033. A amortização fora inicialmente pactuada conforme quadro abaixo:

Ano	Amortização (Principal + juros)
2025	8,0%
2026	8,0%
2027	8,0%
2028	10,0%
2029	10,0%
2030	10,0%
2031	5,0%
2032	5,0%
2033	36,0%
Total	100,0%

Repactuação da taxa de juros

Em 25 de agosto de 2025, foi aprovado em ato societário, a repactuação da taxa do Mútuo realizado entre a Companhia e à Mutuária (OPY HEALTHCARE GESTÃO DE ATIVOS E INVESTIMENTOS S.A). Após a repactuação, a taxa passou de 100% da taxa CDI, acrescida de 2% a.a., para 100% da taxa CDI, acrescida de 4% a.a., calculados a partir de 01 de setembro de 2025.

Em 31 de outubro de 2025, ocorreu o abatimento parcial do saldo de mútuo com a mutuária (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no valor total de R$87.056, mediante a compensação com dividendos intermediários, sendo R$46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 e R$40.738 associados a reserva de lucros apresentada no Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2024.

Não houve novas repactuações em 2026.

						Posição atualizada em	
Partes Relacionadas	**Modalidade**	**Data da captação**	**Vencimento**	**Juros e encargos (a.a.)**	**Valor captado**	**31/03/2026**	**31/12/2025**
OPY HEALTH	Mútuo	26/12/2024	01/04/2033	100% CDI e 4% a.a.	200.000	135.701	132.705
					200.000	**135.701**	**132.705**
Circulante						19.959	14.310
Não Circulante						115.742	118.395

		Principal		Juros e encargos		
Mútuo – partes relacionadas	**31/12/2025**	**Adições**	**Pagamentos**	**Adições**	**Pagamentos**	**31/03/2026**
Mútuo – partes relacionadas	132.705	-	(2.883)	5.879	-	135.701
	132.705	**-**	**(2.883)**	**5.879**	**-**	**135.701**

Em 31 de março de 2026 e 2025, os saldos de resultado decorrentes das transações entre partes relacionadas, são:

	Relação	**31/03/2026**	**31/03/2025**
Resultado			
Custo dos serviços prestados			
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A (i)	Acionista	(3.186)	(2.072)
Opy Serviços Hospitalares S.A (i)	Parte relacionada	(838)	(716)
Resultado financeiro			
Receita de juros sobre mútuo com partes relacionadas	Acionista	5.879	6.841
		1.855	**4.053**

(i) Refere-se a prestação de serviços administrativos e gestão estratégica realizados. Estas prestações foram todas liquidadas dentro do exercício.

	Dividendos a pagar	
	31/03/2026	**31/12/2025**
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A	19.816	19.816
	19.816	**19.816**

Remuneração do pessoal-chave da administração

A remuneração é paga ao pessoal-chave da administração por serviços prestados, referindo-se a benefícios de curto prazo, essencialmente salários e pró-labore, no montante de R$243 no período findo em 31 de março de 2026 e R$248 no exercício findo em 31 de março de 2025. Não houve pagamentos realizados diretamente pela Companhia de tais benefícios para os mesmos exercícios.

8 INTANGÍVEL

Corresponde ao direito da Companhia de cobrar pelo uso da infraestrutura ou de explorá-la, junto ao poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão nº 061/2013 firmado em 30 de abril de 2013, pelo prazo de 20 anos.

Direito de uso de concessão 2025

Custo

Saldo em 31 de dezembro de 2025	**265.298**
Saldo em 31 de março de 2026	**265.298**

Amortização acumulada

Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(157.084)**
Amortização do período	(3.699)
Saldo em 31 de março de 2026	**(160.783)**

Saldo Residual Líquido

Em 31 de dezembro de 2025	**108.214**
Em 31 de março de 2026	**104.515**

9 FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE CONFIRMING

A segregação entre as naturezas dos fornecedores da Companhia pode ser assim detalhada:

	31/03/2026	31/12/2025
Fornecedores - confirming (a)	13.136	13.381
Ajuste valor presente - confirming	(878)	(907)
Fornecedores – terceiros	6.989	8.185
	19.247	**20.659**

A Companhia coloca em prática suas políticas de gerenciamento dos riscos financeiros para garantir que todas as obrigações sejam pagas conforme os termos originalmente acordados. Ver detalhes na nota explicativa nº 21.

(a) A Companhia mantém convênios de confirming com instituições financeiras para gestão de seus compromissos junto a fornecedores estratégicos. Nessas operações, os fornecedores cedem seus direitos de recebimento às instituições financeiras, que realizam o pagamento antecipado dos títulos mediante aplicação de uma taxa de desconto de 1,31%, passando a serem credoras da operação até a liquidação final, mantidos os prazos e valores originalmente pactuados, de até 120 dias.

As operações de confirming possuem condições comerciais específicas e, por essa razão, são classificadas como atividades de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Após revisão da composição da carteira, a Administração concluiu que não houve alteração nos prazos ou nas demais condições contratuais das obrigações com fornecedores. O principal objetivo dessas

operações é oferecer aos fornecedores uma alternativa de antecipação de seus recebíveis, sem modificação substancial das condições comerciais originalmente estabelecidas com a Companhia.

Movimentação fornecedores Confirming

	31/12/2025	Adições	Baixas	31/03/2026
Fornecedores Confirming	13.381	6.951	(7.196)	13.136
Total	**13.381**	**6.951**	**(7.196)**	**13.136**

	31/12/2024	Adições	Baixas	31/03/2025
Fornecedores Confirming	12.615	6.544	(8.165)	10.994
Total	**12.615**	**6.544**	**(8.165)**	**10.944**

10 IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

Os montantes a recolher de impostos e contribuições são originados das operações de serviços de concessão e demais receitas, conforme detalhado na nota explicativa nº 15. A composição dos impostos e contribuições a recolher é assim demonstrada:

	31/03/2026	31/12/2025
Pis e COFINS a recolher (i)	331	420
Outros impostos	1.123	1.373
	1.454	**1.793**
Circulante	1.276	1.547
Não circulante	178	246

(i) Em 31 de agosto de 2017, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Regularização Tributária – PERT junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, nos termos da Medida Provisória Nº 783, de 31 de maio de 2017, para parcelamento de débitos de PIS e COFINS até março de 2017 de R$13.745 (incluindo multas e juros). Até 31 de março de 2026, a Companhia efetuou o pagamento de 120 parcelas, restando 26 parcelas a serem pagas mensalmente.

11 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

Os saldos de imposto de renda e contribuição social a recolher, originados da apuração do lucro líquido tributável da Companhia, estão demonstrados a seguir:

	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ a Recolher	2.526	2.601
CSLL a Recolher	2.144	2.194
	4.670	4.795

Conciliação do IRPJ e CSLL corrente:

	IRPJ	CSLL	Total
Saldo a pagar 31 de dezembro 2025	2.601	2.194	4.795
Provisão impostos	5.887	2.144	8.031
Compensação impostos IRRF	(3.361)	-	(3.361)
Compensação impostos Perd/Comp	(2.601)	(2.194)	(4.795)
Pagamento impostos	-	-	-
Saldo a pagar 31 de março de 2026	**2.526**	**2.144**	**4.670**

A conciliação do IR e CSLL corrente e diferido está demonstrada na nota explicativa nº 18.

12 DEBÊNTURES

Em 26 de novembro de 2024, a Companhia realizou a emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, e de espécie quirografária, no valor de R$420.000, com prazo de 7 anos, remuneração equivalente a CDI + 3,50% ao ano e carência de 11 meses para amortização do principal.

Os recursos captados foram integralmente destinados à quitação de contratos de financiamentos anteriormente celebrados com o Banco da Amazônia (BASA), BNDES, Banco Votorantim, bem como ao pagamento de dividendos e à liquidação de mútuos com partes relacionadas.

A operação conta com garantia fidejussória, representada por carta fiança no valor equivalente a três parcelas vincendas da dívida, emitida em favor do agente Fiduciário, Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Adicionalmente, foram constituídas as seguintes garantias reais:

(i) cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, conforme cláusula 4;

(ii) alienação fiduciária das ações da Companhia detidas pela Controladora.

A emissão é regida, entre outros, pelos seguintes instrumentos: (i) Escritura de Emissão; (ii) Contratos de Garantia, incluindo a alienação de ações e a cessão fiduciária de direitos creditórios; (iii) Instrumento Particular de Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, celebrado entre a emissora, a fiadora e as instituições integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários; (iv) Contrato de Prestação de Serviços de Banco Depositário (“Contrato Serviços de Cauções e Outros”); (v) demais instrumentos celebrados com prestadores de serviços contratados no âmbito da emissão e da oferta; e (vi) eventuais aditamentos e anexos aos documentos mencionados nos itens acima.

O saldo principal encontra-se apresentado líquido dos custos de transação, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1) – Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários.

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período:

Modalidade	Data da captação	Data de vencimento	Juros e encargos (a.a.)	Valor captado	Posição em 31/03/2026	Posição em 31/12/2025
Debentures	20/12/2024	26/11/2031	100% DI+3,5%a. a	420.000	392.106	404.498
Circulante (Principal)					51.214	54.561
Circulante (Custo emissão debentures)					(994)	(1.114)
					50.220	**53.447**
Não circulante (Principal)					348.600	358.029
Não circulante (custo emissão debentures)					(6.714)	(6.978)
					341.886	**351.051**
Total					**392.106**	**404.498**

Segue abaixo as movimentações das debêntures ocorridas no período findo em 31 de março de 2026.

		Principal		Juros e encargos		
Debêntures	**31/12/2025**	**Adições**	**Pagamentos**	**Adições**	**Pagamentos**	**31/03/2026**
Debêntures emitidas	411.600	-	(12.600)	-	-	399.000
Juros Contrato	72.546	-	-	17.155	-	89.701
Amortização juros contrato	(71.696)	-	-	-	(17.191)	(88.887)
Custo com emissão debentures	(7.952)	-	-	244	-	(7.708)
	404.498	**-**	**(12.600)**	**17.399**	**(17.191)**	**392.106**

12.1. Covenants

O contrato das debêntures contém cláusulas de covenants financeiros que estabelecem a manutenção de determinados índices financeiros mínimos e máximos, conforme estabelecido em contrato. Esses covenants são mensurados com base no Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) e na razão Dívida Líquida/EBITDA Cash.

O ICSD deverá ser calculado como a razão entre:

(A) *Geração Operacional de Caixa*, correspondente ao Fluxo de Caixa Operacional proveniente das atividades operacionais, considerando o somatório dos recebimentos de contraprestação pública, inclusive aqueles relacionados ao ativo financeiro, bem como de outras Receitas Operacionais, líquidas de eventuais compartilhamentos com o Poder Concedente, deduzidos os custos e despesas operacionais e administrativos, incluindo tributos e impostos incidentes sobre as receitas; e

(B) *Serviço da Dívida*, corresponde à amortização do principal e ao pagamento de juros decorrentes de passivos onerosos assumidos pela Emissora, a serem pagos no respectivo período.

sendo ICSD = A / B.

A Dívida Líquida corresponde ao somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, incluindo mútuos, avais e emissões de títulos de renda fixa no mercado nacional ou internacional, acrescido do montante de operações de risco sacado que excedam o valor total de R$15.000.

O EBITDA Cash é calculado com base no período de 12 meses anteriores à respectiva data de apuração, e corresponde ao lucro ou prejuízo antes de:

(a) impostos, tributos, contribuições e participações minoritárias;

(b) despesas de depreciação e amortização; e

(c) despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras.

Para fins de cálculo do EBITDA Cash, são excluídos:

1) receitas de remuneração de ativo financeiro;

2) receitas de construção, baixas do ativo financeiro relacionados à concessão ou à sua remuneração, bem como os impostos incidentes sobre o ativo financeiro; e

3) custos de construção.

O Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) deve ser igual ou superior a 1,2, sendo apurado semestralmente, com base nos valores acumulados dos últimos doze meses, conforme demonstrado nas demonstrações financeiras da OZN.

Adicionalmente, a razão Dívida Líquida/EBITDA Cash deve ser igual ou inferior aos seguintes limites discriminados abaixo, conforme o ano de apuração:

Período	Limite Dív. Líq / EBITDA Cash
2024	<= 3,0
2025	<= 2,9
2026 e 2027	<= 2,5
2028 e 2029	<= 2,0
2030 e 2031	<= 1,0

Os Covenants são mensurados semestralmente, e em 31 de dezembro de 2025 (data de mensuração mais recente) a Companhia cumpriu com os índices financeiros.

		12 meses LTM
Índice	**Limite**	**31/12/2025**
ICSD	>= 1,2	1,9
Dívida Líquida/EBITDA Cash	<= 2,9	2,3

13 PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Trabalhistas

As provisões para riscos trabalhistas refletem a opinião de assessores jurídicos de que a Companhia incorre em risco provável de perda em certos pleitos trabalhistas. Tais processos estão relacionados essencialmente a pleitos para pagamento de configuração de doenças ocupacionais. Sempre que uma decisão judicial é integral ou parcialmente favorável à Companhia, a diferença entre o valor provisionado e o valor efetivamente devido é estornado no resultado do exercício em que tal decisão for proferida.

A movimentação das provisões para riscos trabalhistas, pode ser assim demonstrada:

	31/12/2025	Provisão	Reversão	31/03/2026
Trabalhista	70	105	(70)	105
Total	**70**	**105**	**70**	**105**

	31/12/2024	Provisão	Reversão	31/03/2025
Trabalhista	40	70	(40)	70
Total	**40**	**70**	**(40)**	**70**

Na data das informações financeiras intermediárias, a Companhia possui o valor de R$375 de processos classificados com risco de perda possível ou remota.

A Administração mantém acompanhamento contínuo de eventuais riscos legais, tributários, cíveis, trabalhistas ou regulatórios que possam impactar suas operações, revisando periodicamente suas estimativas e classificações de risco.

14 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social integralizado é de R$235.908, representado por 94.500.000 (noventa e quatro milhões e quinhentas mil) ações, nominativas, sem valor nominal, assim distribuídas.

Em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025 o capital social é composto conforme apresentado abaixo:

	31/03/2026			31/12/2025		
Acionistas	**Ações (ON)**	**Participação (R$)**	**Participação (%)**	**Ações (ON)**	**Participação (R$)**	**Participação (%)**
Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.	94.500	235.908	100,00%	94.500	235.908	100,00%
	94.500	**235.908**	**100,00%**	**94.500**	**235.908**	**100,00%**

Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio

Em 28 de fevereiro de 2025, foi ratificado em assembleia o pagamento de dividendos intermediários no montante R$10.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 07 de fevereiro de 2025.

Em 28 de fevereiro de 2025 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intermediários no montante R$11.000, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros da companhia auferidos sobre lucros acumulados no balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2024 que foram pagos em 10 de março de 2025.

Em 14 de outubro de 2025 foi aprovado em ato societário o abatimento parcial do saldo credor de mútuo com a mutuária (OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A) no montante R$87.056. O abatimento foi realizado por meio da compensação de dividendos intermediários no montante de R$46.318 já existentes no Balanço Patrimonial de 30 de setembro de 2025 além da nova deliberação de R$40.738.

Em 07 de janeiro de 2026 foi aprovado em ato societário, o pagamento de dividendos intercalares no montante R$53.500, nos termos do artigo 25º do Estatuto Social da Companhia, valor esse referente a lucros acumulados que foram pagos na mesma data.

Segue demonstrativo abaixo dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos no período findos em 31 de março de 2026 e 2025:

2026:

Data de pagamento	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
07/01/2026	-	53.500	53.500
	-	**53.500**	**53.500**

2025:

Data de pagamento	Juros Capital Próprio	Dividendos	Total
07/02/2025	-	10.000	10.000
10/03/2025	-	11.000	11.000
	-	**21.000**	**21.000**

Reserva de lucros

Reserva Legal

De acordo com o art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício à constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social. A destinação é optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital, superam em 30% o capital social. Essa reserva pode ser utilizada para aumento de capital ou absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída a título de dividendos.

Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros representa o lucro líquido não distribuído após constituição de reserva legal e cálculo dos dividendos obrigatórios. Conforme estatuto, estes valores aguardam deliberação e assembleia para sua destinação.

15 RECEITA LÍQUIDA DOS SERVIÇOS PRESTADOS

A conciliação entre a receita bruta da Companhia e a receita líquida apresentada na demonstração de resultados, pode ser assim demonstrada:

	Período de três meses findo em	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Receita de operação (i)	36.349	34.800
Receita de remuneração do ativo de concessão (ii)	19.642	19.058
Receita de construção (iii)	1.931	2.425
Outras Receitas	28	62
Total de receitas	**57.950**	**56.345**
Impostos sobre serviços (iv)	(3.162)	(2.973)
	(3.162)	**(2.973)**
Total da Receita Liquida	**54.788**	**53.372**

(i) Receita de Operação e Manutenção sobre operacionalização dos serviços correspondentes ao gerenciamento e fiscalização da operação e manutenção dos serviços não assistenciais do Hospital tais como, lavanderia, nutrição, portaria, telefonia, vigilância, esterilização, limpeza, manutenção predial, informática e manutenção de equipamentos. A receita de desenvolvimento da infraestrutura está relacionada apenas à construção do hospital, de modo que fora reconhecida no resultado à medida da conclusão da obra.

(ii) É composta por uma parcela que remunera o ativo financeiro constituído (investimento realizado nas construções das infraestruturas hospitalares) conforme divulgado na nota explicativa 6 – Ativo financeiro.

(iii) As receitas relacionadas aos serviços de construção ou melhoria sobre o contrato de concessão são reconhecidas com base no estágio e conclusão da obra realizada, em conformidade com a política contábil para reconhecimento de receita sobre contrato de concessão baseada no ICPC -01 (R1) e OCPC-05.

(iv) O imposto incidente sobre as receitas operacionais conforme legislação tributária vigente é: Imposto sobre Serviços – ISS 5%.

16 CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A segregação e composição dos custos e despesas por natureza são como segue:

	Período de três meses findo em	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Materiais e serviços de obra	(1.838)	(2.387)
Gasto com pessoal	(5.682)	(4.502)
Serviços de terceiros	(11.618)	(11.300)
Manutenção e Limpeza hospitalar	(3.516)	(3.387)
Depreciação e amortização	(3.699)	(3.699)
Consumíveis e outros	(296)	(451)
Ajuste a valor presente (a)	(29)	(121)
Outros	(693)	(923)
	(27.371)	**(26.770)**
Custo de serviço prestado	(15.687)	(15.459)
Despesas gerais e administrativas	(11.655)	(11.190)
Outras despesas (receitas) operacionais	(29)	(121)

(a) Foram calculados e registrados ajustes a valor presente das operações de contas a receber e fornecedores confirming, quando considerados relevantes. Este cálculo foi realizado com base em taxas que refletiam as melhores avaliações do mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e aos riscos específicos. Os juros foram transferidos para o resultado, pelo regime de competência.

17 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro é substancialmente representado pelo valor líquido resultante dos juros recebidos através de aplicações financeiras e os juros apropriados aos contratos de dívida assumidos pela Companhia e pode ser assim composto:

	Período de três meses findo em	
	31/03/2026	**31/03/2025**
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	484	223
Juros sobre mútuo (i)	5.879	6.841
Atualização Monetária (ii)	1.728	-
Descontos obtidos	1	-
Total de receitas	**8.092**	**7.064**
Despesas Financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos.	(17.399)	(15.949)
Outras despesas financeiras	(142)	(295)

Total das despesas	**(17.541)**	**(16.244)**
Resultado financeiro líquido	**(9.449)**	**(9.180)**

(i) Trata-se da receita de juros incorrida sobre o contrato de mútuo a receber junto a partes relacionadas, o qual está descrito na nota explicativa 7.

(ii) Trata-se da atualização sobre os créditos de PIS e COFINS originados do Processo, o qual está mencionado na nota explicativa 5.

18 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O saldo do imposto de renda e contribuição social diferidos, registrado no balanço patrimonial, é como segue:

	31/03/2026	31/12/2025
IRPJ e CSLL sobre crédito extemporâneo de PIS e COFINS	11.094	12.995
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias e diferimento da receita de construção	124.561	124.632
	135.655	**137.627**

A despesa de imposto de renda e contribuição social do período pode ser conciliada com o lucro contábil, conforme a seguir:

	31/03/2026	31/03/2025
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	17.968	17.422
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	**(6.109)**	**(5.924)**
Outras diferenças permanentes, líquidas	50	212
	(6.059)	**(5.712)**
Total do imposto de renda e contribuição social efetivos apurados	**(6.059)**	**(5.712)**
Imposto de renda e contribuição social:		
Corrente	(8.031)	(5.561)
Diferido	1.972	(151)
	(6.059)	**(5.712)**
Alíquota Efetiva	**34%**	**33%**

19 RESULTADO POR AÇÃO

Conforme requerido pelo CPC 41 – Resultado por ação, a Companhia deve calcular o lucro básico e diluído por ação, considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas dividido pelo número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício.

Em 31 de março de 2026 e de 2025, a Companhia não possui instrumentos que poderiam diluir o resultado básico por ação. Desta forma, não há diferenciação entre o resultado diluído e o resultado básico por ação.

Os cálculos dos resultados por ação dos períodos de 31 de março de 2026 e de 2025 podem ser assim demonstrados:

	31/03/2026	31/03/2025
Numerador		
Resultado líquido do exercício	11.909	11.710
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	94.500	94.500
Resultado básico por ação atribuída aos acionistas por ação ordinária	0,13	0,12

20 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como derivativos exóticos.

Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia. Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas informações financeiras intermediárias da Companhia.

Valor justo de instrumentos financeiros e hierarquia do valor justo

O CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação, define valor justo como o valor/preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago na transferência de um passivo em uma transação ordinária entre participantes de um mercado na data de sua mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço a um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a Companhia considere todos os aspectos de riscos de não desempenho ("*non performance risk*") ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 (R1) estabelece uma hierarquia de três níveis (nível 1, 2 e 3) a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no nível de "*input*" significativo para sua mensuração, onde os instrumentos classificados como nível 1 são aqueles que dispõem de "*inputs*" baseados em preços praticados em mercado ativo para instrumentos idênticos, sem que a Companhia tenha poder de ajustar tais preços, enquanto aqueles classificados como nível 3 são aqueles para os quais os "*inputs*" de precificação de mercado são raros ou inexistentes e que dependem de maior aplicação de julgamento da Companhia para definição de seu valor justo. Os de nível 2 são aqueles com níveis de "*input*" que não se enquadram completamente nem no nível 1, nem no nível 3.

A tabela abaixo demonstra, de forma resumida, os principais ativos e passivos financeiros em 31 de março de 2026 e 31 de dezembro de 2025. Os ativos e passivos financeiros da Companhia reconhecidos a custo amortizado, não apresentam diferença significativa entre seus saldos contábeis e valor justo.

Para aqueles ativos e passivos financeiros registrados a valor justo, demonstramos também os respectivos níveis de hierarquia do valor justo:

	31/03/2026			
	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	17.539	17.539	-
Mútuo partes relacionadas	-	135.701	135.701	
Contas a receber de clientes	-	38.039	38.039	-
Ativo financeiro	-	486.904	486.904	-
	-	**678.183**	**678.183**	**-**
Passivos				
Debêntures	392.106	-	392.106	415.321
Fornecedores, incluindo confirming	-	19.247	19.247	-
Dividendos a pagar	-	19.816	19.816	-
	392.106	**39.063**	**431.169**	**415.321**

	31/12/2025			
	Valor Contábil			Valor Justo
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Nível 1
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	63.417	63.417	-
Mútuo partes relacionadas	-	132.705	132.705	
Contas a receber de clientes	-	38.418	38.418	-
Ativo financeiro	-	492.218	492.218	-
	-	**726.758**	**726.758**	**-**
Passivos				
Debêntures	404.498	-	404.498	420.453
Fornecedores, incluindo confirming	-	20.659	20.659	.
Dividendos a pagar	-	19.816	19.816	.
	404.498	**40.475**	**444.973**	**420.453**

21 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Exposição a riscos financeiros

Os mapeamentos de riscos foram segregados em quatro categorias: (a) Risco de capital é o risco da Companhia garantir a sua continuidade e dos seus negócios em longo prazo, dentro dessa ótica a Companhia deve ser capaz de gerar valor aos seus acionistas através de pagamento de dividendos e ganho de capital, e ao mesmo tempo manter um perfil de dívida adequado às suas atividades (b) Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado – tais como taxas de câmbio e taxas de juros irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo de gerenciar esse risco é controlar as exposições de mercado dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. (c) Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro; (d) Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

(a) Risco de capital

A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera sua estrutura de capital, em especial a curva futura de realização de seu ativo financeiro e seus passivos financeiros de financiamento, para mapear a gestão do risco no longo prazo.

Dessa forma, a Companhia avalia, em bases anuais, quais seriam os saldos totais de sua dívida ou caixa líquido sobre o patrimônio líquido, considerando que todo o ativo financeiro será realizado, bem como todo o passivo com financiamentos, pago.

(b) Risco de mercado

Exposição ao risco de taxas de juros

Ativos

A Companhia possui caixa e equivalentes de caixa, bem como aplicações financeiras, mantidos substancialmente em CDBs, indexados à taxa CDI - Certificado de Depósito Interfinanceiro, e fundos de investimentos (ver nota explicativa nº 3).

Adicionalmente, conforme mencionado na nota explicativa nº 6, o ativo financeiro da Companhia também possui remuneração a uma taxa pré-fixada. Os riscos nestas posições advêm da possibilidade de ocorrerem oscilações negativas nas taxas de juros pactuadas e, consequentemente, na remuneração destes ativos.

A Companhia possui contrato de mútuo firmado com a OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A, indexados à taxa CDI – Certificado de Depósito Interfinanceiro (ver nota explicativa nº 7).

Passivos

A companhia possui convênio de confirming com instituições financeiras para gerir seus compromissos com fornecedores estratégicos que permanecem como "operações confirming". Nessa operação os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para instituição financeira com taxa pré-fixada, em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira que, por sua vez passam a ser credoras da operação, (ver nota explicativa nº 9).

Companhia está exposta a riscos relativos à variação em taxas de juros em função de debêntures emitidas.

Abaixo é apresentada a composição da exposição líquida dos ativos e passivos financeiros da Companhia sujeitos a variações nas taxas de juros:

	31/03/2026	31/12/2025
Exposição a taxas de juros pré-fixadas		
Ativos		
Ativo financeiro	486.904	492.218
Exposição líquida às taxas de juros pré-fixadas	**486.904**	**492.218**
Exposição às taxas de juros pós-fixadas		
Ativos		
Caixa e equivalentes de caixa - Aplicação em CDB	17.532	63.417
Mútuo – partes relacionadas	135.701	132.705
Passivos		
Debêntures	(392.106)	(404.498)
Exposição líquida às taxas de juros pós-fixada	**(238.873)**	**(208.376)**
Exposição líquida total a taxas de juros	**248.031**	**283.842**

Análise de sensibilidade

A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos da variação destas taxas sobre seus ativos e passivos financeiros. Na referida análise, os indexadores foram estressados negativa e positivamente em 25% e 50% em relação ao cenário base, servindo de parâmetro para os cenários I, II, III e IV, respectivamente, onde:

Cenário atual: refere-se ao cenário real em 31 de março de 2026;

Cenário base: elaborado com base nas informações reais disponíveis no dia 22 de março de 2026, extraídas de fontes confiáveis do mercado financeiro como Banco Central e CETIP. **Cenários I, II, III e IV:** conforme mencionado anteriormente, refere-se à sensibilidade nas variações em relação ao cenário base, retraídas em 50% (cenário I) e 25% (cenário II), e majorados em 25% (cenário III) e 50% (cenário IV), considerando um horizonte de 12 meses.

A tabela abaixo demonstra os indexadores aos quais a Companhia está exposta, bem como o cálculo de suas possíveis oscilações, considerando os critérios descritos acima.

Indexadores	Risco	31/03/2026	Exercício até 31 de março de 2027				
		Cenário Atual	Cenário Base	Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI	Variação CDI	14,65%	14,65%	7,33%	10,99%	18,31%	21,98%

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros, com base nos cenários expostos acima, pode ser assim demonstrada:

Ativos financeiros		31/03/2026	Exercício até 31 de março de 2027				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Aplicações financeiras de liquidez imediata	Variação CDI	17.532	20.100	18.816	19.458	20.743	21.385
Mútuo	CDI	135.701	155.581	145.641	150.611	160.551	165.521
		153.233	**175.682**	**164.457**	**170.069**	**181.294**	**186.906**
Efeito de ganho (perda)			**22.449**	**(11.224)**	**(5.612)**	**5.612**	**11.224**

Passivos financeiros		31/03/2026	Exercício até 31 de março de 2027				
Operação	**Risco**	**Cenário Atual**	**Cenário Base**	**Cenário I (-50%)**	**Cenário II (-25%)**	**Cenário III (+25%)**	**Cenário IV (+50%)**
Debênture	Variação CDI	392.106	449.550	420.828	435.189	463.910	478.271
		392.106	**449.550**	**420.828**	**435.189**	**463.910**	**478.271**
Efeito de ganho (perda)			**(57.444)**	**28.722**	**14.361**	**(14.361)**	**(28.722)**
Efeito de ganho (perda), líquido			**(34.995)**	**17.497**	**8.749**	**(8.749)**	**(17.497)**

O ativo financeiro não foi submetido a análise de sensibilidade, visto que não está exposto a variação de indexadores financeiros. A remuneração do ativo financeiro é atualizada anualmente por uma cesta de índices definida em contrato, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

(c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado pela Diretoria Financeira e monitorado pelo Conselho de Administração. O gerenciamento do risco de liquidez é elaborado tendo em vista as necessidades de captação e a gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequados recursos financeiros disponíveis em caixa e equivalentes de caixa e por meio de linhas de crédito para captação de empréstimos, com base no monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros e operacionais.

Em conformidade com a gestão do risco de liquidez, a Companhia tem realizado uma gestão efetiva do seu ciclo operacional, adequando o prazo médio de recebimento com o prazo médio de pagamento.

	Até 1 ano	**Até 2 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total de fluxo de caixa contratual esperado (valores nominais)**	**Juros a incorrer**	**Valor contábil em 31/03/2026**
Debêntures	101.750	100.936	370.100	572.786	(180.680)	392.106
Fornecedores, incluindo confirming	19.247	-	-	19.247	-	19.247
Passivos financeiros	**120.997**	**100.936**	**370.100**	**592.033**	**(180.680)**	**411.353**

O quadro acima representa os passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento considerando o cumprimento de cláusulas restritivas.

(d) Risco de crédito

O risco de crédito é proveniente da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia acompanha rigorosamente o cronograma físico e financeiro de suas operações, além de fazer o acompanhamento permanente das posições em aberto e garantir os fluxos normais de recebimento. Adicionalmente, as posições são lastreadas pelo Fundo Garantidor de Crédito, que mitiga o risco de perdas.

22 SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguros em montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As apólices de seguros referentes aos riscos contratados estão demonstradas no quadro abaixo:

31/03/2026				
Seguradora	**Categoria**	**Apólice**	**Vigência**	**Valor**
Chubb Seguros S.A.	Risco Operacional	0202049996	Jul/2025 a Jul/2026	724.976
Fator Seguros S.A	Resp. Civil	5100004265	Jun/2025 a Jun/2026	30.000
Ezze Seguros S.A.	Seguro e Garantia	7507055435	Mai/2025 a Mai/2026	4.123
				759.099

Garantias de execução do contrato de concessão pela concessionária

A Companhia mantém em favor do Poder Concedente, garantias do fiel cumprimento das obrigações contratuais, estipuladas no contrato de concessão administrativa para realização de serviços e obras de engenharia e prestação de serviço de apoio não assistenciais ao funcionamento Hospital OZN Health de Manaus, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde (SES-AM). As garantias serão atualizadas anualmente pelo IRC (Índice de reajuste de contraprestação), na mesma data dos reajustes da contraprestação pública máxima. A garantia atual corrigida tem valor de R$4.123.

23 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

As informações reportadas a Diretoria Executiva (principal tomador de decisões relevantes do Grupo) para alocar recursos e avaliar o desempenho do negócio se concentram nas estruturas da operação de concessão administrativa para a prestação de serviço de construção, fornecimento de equipamentos, manutenção e gestão dos serviços não assistenciais do Hospital e Pronto Socorro Delphina Rinaldi Abdel Aziz. Dessa forma, a Companhia conta com apenas um segmento operacional.

24 INFORMAÇÕES ADICIONAIS ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	31/03/2026	31/03/2025
Compensação entre empréstimos com partes relacionadas a receber e despesas entre partes relacionadas a pagar	2.883	2.357
Compensação entre crédito de imposto de renda retido na fonte (sobre serviços prestados e aplicações financeiras) e imposto de renda a recolher	3.361	-
Compensação de tributos federais (IRPJ/CSLL x PIS/COFINS) via Perd/Comp	4.795	-

25 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 29 de abril de 2026, foi aprovado pelo Conselho de Administração a deliberação no montante de R$12.500 de dividendos a pagar à OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. Os dividendos ora declarados foram pagos à acionista da Companhia na mesma data.

26 APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

As informações financeiras intermediárias foram aprovadas e autorizadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 06 de maio de 2026.

DIRETOR PRESIDENTE E DE OPERAÇÕES
Thiago Nery Python

DIRETOR FINANCEIRO E DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES
Felipe Rodrigues Tonetti

CONTADOR RESPONSÁVEL
Ronney Donizete Fernandes
Contador - CRC 286.064/O-3

61916

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Administradores e Acionistas da
OZN Heath SPE S.A.
Manaus - AM

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da OZN Health SPE S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2026, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2026 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional
IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração de ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações financeiras intermediárias anteriormente referidas incluem a demonstração do valor adicionado ("DVA") referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2026, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins da norma internacional IAS 34. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações financeiras intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa demonstração do valor adicionado não foi elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e de forma consistente em relação às informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de maio de 2026

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Danilo Namura Lombardoso
Contador
CRC nº 1 SP 278829/O-3

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OZN HEALTH SPE S.A.

THIAGO NERY PYTHON, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.832.204-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 293.500.438-82, domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com endereço profissional na Avenida Torquato Tapajós, nº 9.250, Bairro Colônia Terra Nova, CEP 69093-415, na qualidade de Diretor de Operações da OZN HEALTH SPE S.A., sociedade por ações existente e constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Torquato Tapajós, nº 9.250, Bairro Colônia Terra Nova, CEP 69.093-415, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.080.368/0001-72 (“Companhia”), declara que, nos termos do inciso V, do parágrafo 1°, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, conforme alterada, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativo às Informações financeiras intermediárias para o período de três meses findos em 31 de março de 2026.

FELIPE RODRIGUES TONETTI, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 35.852.834-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.730.408-36, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, 150, 13° andar, Itaim Bibi CEP 04542-060, na qualidade de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, conforme alterada, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativo às Informações financeiras intermediárias para o período de três meses findos em 31 de março de 2026.

Manaus / AM, 08 de maio de 2026

THIAGO NERY PYTHON

FELIPE RODRIGUES TONETTI

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

PARECERES E DECLARAÇÕES / DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

OZN HEALTH SPE S.A.

THIAGO NERY PYTHON, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 36.832.204-X, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 293.500.438-82, domiciliado na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, com endereço profissional na Avenida Torquato Tapajós, nº 9.250, Bairro Colônia Terra Nova, CEP 69093-415, na qualidade de Diretor de Operações da OZN HEALTH SPE S.A., sociedade por ações existente e constituída de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, com sede na Cidade de Manaus, Estado do Amazonas, na Avenida Torquato Tapajós, nº 9.250, Bairro Colônia Terra Nova, CEP 69.093-415, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 18.080.368/0001-72 (“Companhia”), declara que, nos termos do inciso V, do parágrafo 1°, do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, conforme alterada, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., relativo às Informações financeiras intermediárias para o período de três meses findos em 31 de março de 2026.

FELIPE RODRIGUES TONETTI, brasileiro, administrador de empresas, casado, portador da cédula de Identidade RG nº 35.852.834-3, expedido pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.730.408-36, domiciliado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Iaiá, 150, 13° andar, Itaim Bibi CEP 04542-060, para exercer o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, declara que, nos termos dos incisos V e VI do parágrafo 1° do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, conforme alterada, reviu, discutiu e concordou com as conclusões expressas no Relatório de Auditoria emitido pelos Auditores Independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relativo às Informações financeiras intermediárias para o período de três meses findos em 31 de março de 2026.

Manaus / AM, 08 de maio de 2026

THIAGO NERY PYTHON

FELIPE RODRIGUES TONETTI